

JORNAL

unicamp

ANO 8

AGOSTO 88

LEIA
Engenharia Computacional
Página 3
Tribuna Livre
Página 8
Editoriais
Página 2

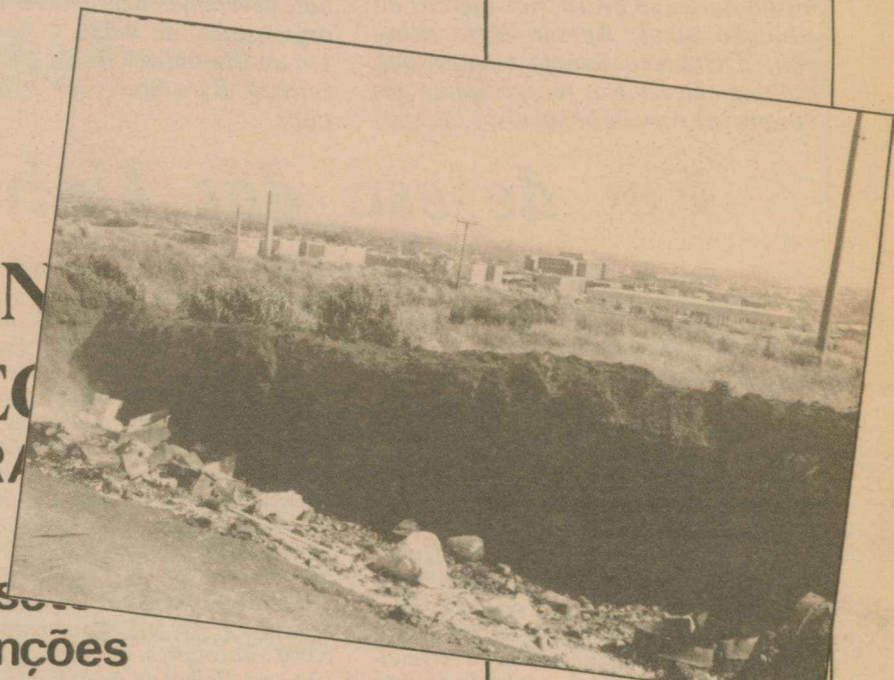
BRASIL SÉCULO VINTE E UM



UNICAMP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



Feira de Tecnologia



Lixão da Unicamp

A E TECN
DADE TEC
PECTIVAS BR

de agosto a 02 de set.
Centro de Convenções

coordenador:

UNICAMP: RETRATO DO BRASIL

De repente a Universidade que discute
o Brasil no século XXI e monta com sucesso
uma feira de ciência e tecnologia, incinera dejetos
em buracos no solo e lança no esgoto doméstico várias
substâncias químicas e radioativas. Será um retrato do Brasil?

Página 4 e 5

Mais do que nunca, uma certeza: é hora de lutar

Em março deste ano, quando da realização do Ato Público em Defesa das Universidades Públicas Paulistas, a Diretoria da ADUNICAMP alertava para a perspectiva de um ano de muitas lutas. Em abril, o Editorial do nosso Jornal também levantava, com muita propriedade, uma análise da situação política do país, apontando para um ano de batalhas em várias frentes: na Constituinte, contra o Governo Quéricia, na defesa da Universidade Pública entre outras. Alertava também para a gravidade desse quadro e seu agravamento. De lá pra cá, aprofundou-se a crise econômica, política e institucional vivida pelo país, frente a um Governo ilegítimo, corrupto e entreguista que não hesita em afastar-se cada vez mais das legítimas aspirações populares. A realidade, a vida, confirmam a justeza de nossa análise e a correta direção que a ADUNICAMP, através de toda as suas instâncias tem dado às lutas econômicas e políticas que temos tra-

Vivemos hoje o agravamento do quadro econômico e político do país, resultado de um grave problema que tem caráter estrutural: dívida externa, raiz maior de todos os problemas, causa da inflação persistente e incontrolável que atinge nos últimos 12 meses a alarmante cifra de 515%. O pagamento da dívida externa tem custado enormes sacrifícios ao povo brasileiro sem que tenha solução a curto, médio ou longo prazo, nos marcos da situação atual. Apesar dessa situação, o Governo Sarney mantém sua política entreguista, renegociando novos prazos com os banqueiros interna-

cionais e mantendo a dependência de nosso país, de sua política econômica, aos ditames do FMI.

Os resultados são evidentes: o quadro de arrocho salarial, a entrega das estatais ao capital privado, o abafamento das legítimas aspirações populares, aprofundando ainda mais a distância entre o Governo e a nação.

Na Constituinte, onde se trava verdadeira batalha entre os setores progressistas e a direita mais conservadora e retrógrada, a realidade não é diferente: é nítida a tentativa de anular as parcas e débeis conquistas sociais obtidas no 1º turno. Os pequenos avanços obtidos e a resistência desses setores em deixar passar as mínimas conquistas dos trabalhadores demonstra todo o obscurantismo e o reacionarismo das classes dominantes no nosso país, que não cedem um milímetro de seus privilégios, nem mesmo para garantir a exploração própria do sistema capitalista.

No essencial teremos uma Constituição reacionária, que mantém os dispositivos que garantem a interferência das FFAA na vida do país, o estado de defesa, a estrutura fundiária, as condições de exploração do subsolo por 5 anos às empresas estrangeiras, redefiniu o princípio de empresa brasileira, permitindo ao capital estrangeiro crescente exploração de nossas riquezas.

No que diz respeito à EDUCAÇÃO, temos ainda muita batalha pela frente. Aprovado o texto constitucional, deveremos desenvolver uma ação organizada, de modo a garantir, na Lei de Diretrizes e Bases e nas Constituintes Estaduais, os avanços ob-

Apesar de tudo, algumas conquistas foram importantes: o direito à sindicalização do funcionalismo público, a liberdade e autonomia sindical, o direito irrestrito de greve. Serão, no entanto, letra morta, se não lutarmos e permitirmos que na legislação ordinária sejam incorporados dispositivos proibitivos e punitivos em relação a esses direitos.

Por tudo isso, podemos afirmar e reafirmar, com muita clareza e com toda a segurança que o momento nos permite: os avanços sociais, as conquistas populares somente serão garantidas com muita luta, com a unidade e organização de todos os setores da sociedade na direção das transformações mais profundas que o país reclama.

As universidades em geral e o movimento docente em particular estão chamadas a exercer um papel importante neste momento. Nossa situação salarial, a inexistência de verbas para manutenção e custeio, a recusa do Governo Federal em contratar professores para as IES Federais, a crescente intervenção em várias universidades que tiveram reitores nomeados contra a vontade da comunidade, é reflexo desse quadro maior, da política econômica levada a efeito pelo Governo Sarney, e do avanço do lobby privatista e do capital estrangeiro sobre as decisões políticas do país. Reconhecer esse fato é dar um passo para além das meras reivindicações econômicas e salariais, é compreender a gravidade da situação política e aprofundar o conhecimento sobre a relação existente entre a organização e mobilização cada vez maior dos docentes e dos

trabalhadores e a possibilidade de saídas firmes e corajosas para a crise que vivemos.

Nossa situação salarial agrava-se a cada dia. O trimestral sem indexação é uma arma de arrocho e de desmobilização do funcionalismo, que cria a expectativa de reajustes razoáveis a cada 3 meses. No entanto, sabemos (vide artigo Prof. Almeida neste número) que para repor nosso poder aquisitivo de janeiro de 88, necessitamos, a partir de 1º de outubro, de um reajuste em torno de 111%. Não tenhamos ilusões. A cada dia qualquer índice de reajuste torna-se proibitivo, dificultando qualquer recuperação salarial. Sem contar que, mesmo com a URP, o arrocho continua. Vale a pena lembrar que em um ano — agosto/87 a 88 — a inflação atingiu 515% e a URP acumulada 282%.

A Diretoria da ADUNICAMP considera que este é o momento de uma ampla mobilização pelo reajuste de outubro e pela "URP JÁ". Sem essa mobilização, a perspectiva é de que apenas em março de 89 tenhamos possibilidade de reivindicar, com força, um reajuste razoável, dada a existência do recesso, em dezembro, das Universidades e dos professores de 1º e 2º Graus. E o Governo Quéricia tem mostrado que não se sensibiliza com argumentos e negociações. A vida tem mostrado que a única possibilidade de sensibilizá-lo é através de ampla mobilização, de um movimento forte e unitário de todos os setores do funcionalismo que aponte, inclusive, para uma longa paralisação em defesa de nossos salários e do serviço público.

Em defesa das Universidades Públicas Paulistas

Quando este número do jornal estiver saindo, estaremos novamente em campanha salarial: a 3ª deste ano. O Governo Quéricia tem nos imposto verdadeira maratona, a cada três meses, na luta por reajustes salariais. A insistência em não indexar o trimestral nos leva, e a todo o funcionalismo, a idas e vindas constantes a São Paulo, rodada de "negociações" que não passam de monólogos e imposição de índices. A sistemática do trimestral tem consistido em uma estratégia clara de desmobilização do conjunto do funcionalismo, tanto pela expectativa que cria, a cada 3 meses, de um reajuste razoável, como pela divisão dos setores que passam a reivindicar questões específicas, perdendo de vista a questão mais geral do arrocho salarial e da defesa do serviço público.

As Universidades, através das 3 ADs, têm levado intensa campanha pela recuperação das perdas salariais. Temos colocado com clareza a nossa luta em defesa das Universidades Públicas Paulistas em todos os fóruns possíveis. Foi assim que a

moção, assinada pelas 3 ADs — Adunicamp, Adunesp e Adusp — e pela ANDES — foi aprovada, durante a Reunião Anual da SBPC, realizada em São Paulo no mês de julho, por várias sociedades científicas, e pela própria Assembléia Geral da SBPC, além de várias personalidades do campo acadêmico e político, como Paulo Sérgio Pinheiro, Rogério Cerqueira Leite, Jacques Velloso, Luis Antonio Cunha, José Arthur Giannotti, Luis Pinguelli Rosa e Fernando Henrique Cardoso. Foi aprovada também na Assembléia Geral da V Conferência Brasileira de Educação, que reuniu em Brasília aproximadamente 5.000 educadores. A publicação da moção, na Folha de São Paulo do último domingo dia 21 de Agosto deverá repercutir positivamente em vários setores e constituiu-se passo importante na continuidade de nossa luta.

Vale apenas dizer que nossa luta em defesa da Universidade não termina aqui. Novas adesões serão buscadas. Devemos ser claros que sem o apoio da sociedade e

de amplos setores sociais será difícil vencer a insensibilidade e a intransigência do Governo do Estado. A clara política de asfixiação da Universidade Pública desenvolvida pelo Governo Sarney e que o Governo do Estado aplica tão bem em São Paulo exige de todos nós um firme posicionamento por suplementação de verbas para custeio e manutenção, financiamento de pesquisa e por reajustes salariais que recuperem nosso poder aquisitivo.

Trata-se neste momento de defender a autonomia da Universidade Pública na luta por mais verbas e contra o arrocho salarial, impedindo os prejuízos decorrentes de um crescente esvaziamento dos docentes na busca por complementações salariais via convênios ou outras formas semelhantes. A qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão corre sério risco a se confirmar a persistência dessa política inconsequente por parte do Governo Quéricia. As denúncias feitas durante a realização da SBPC de contenção de verbas para

pesquisa por parte das instituições de fomento — CNPQ, CAPES, FINEP — indicam que há hoje uma articulação de vários setores, aliados aos grupos privatistas do ensino superior, aos Governos dos Estados e ao MEC, na tentativa de inviabilizar a Universidade Pública, abrindo caminho para a "injeção" de recursos externos comprometidos e vinculados a determinadas linhas de pesquisa alheias aos interesses da comunidade universitária.

O momento exige de todos nós não apenas o olhar atento e o acompanhamento silencioso. Os constantes ataques à Universidade Pública, ao Ensino Público, tanto na Constituinte como pela grande imprensa têm mostrado que não é gratuita e inocente a atitude do Governo do Estado. Ela faz parte de uma campanha maior em defesa do aprofundamento da privatização do ensino e da vinculação da Universidade aos objetivos de grupos restritos comprometidos com interesses alheios ao desenvolvimento científico e tecnológico independente e soberano de nosso país.

Expediente

Diretoria.

Helena Costa L. de Freitas - Presidente
José Suassuma Filho - 1º vice
Newton Muller Pereira - 2º vice
José Vitorio Zago - 1º secretário
Luiz Carlos Guedes Pinto - 2º secretário
Francisco Hideo Aoki - 1º tesoureiro
Luiz Carlos de Almeida - 2º tesoureiro
Francisco Benedito T. Pessine - Dir. Adm.
Fernando de Almeida França - Dir. Cult.
Carlos Rodrigues de Souza - Dir. Imprensa.

"Jornal Adunicamp"

Publicação bimestral da
Associação dos Docentes da Unicamp
Cidade Universitária "Zeferino Vas" — CP 6.158
Fones: (0192) 39-1148 e 39-1301 ramal 3152

Editores

Chefinho (Adunicamp); Jurandir (FEE);
Tomaz (FEC); Milanez (FEC);
Trigueiros (IFGW)
Jornalista Responsável
Gilberto Gonçalves - MTPS 11.576

Planejamento Visual Gráfico



ALTERNATIVA
Assessoria de Comunicação

Rua Emílio Henking, 642 - Campinas - SP
Fone (0192) - 42.8009

Computação diz já estar preparada para o início

O professor Nelson Machado, coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação acredita que até 1.990 o curso de Engenharia da Computação já esteja funcionando regularmente na Unicamp. "Os entendimentos têm sido no sentido de, já em 1.989, possibilitar a opção aos alunos da elétrica e da computação para a área de engenharia computacional", explica o professor.

Para viabilizar o curso foi criada uma comissão reunindo professores da Engenharia Elétrica e da Computação. "Já realizamos algumas reuniões e estamos coletando material que possa contribuir para a organização do curso. Sabemos que outras instituições de ensino, já caminham também neste sentido e estamos buscando informações junto a elas. A PUC-Rio e o IME — Instituto Militar de Engenharia já avançaram na definição de alguns pontos ainda um pouco obscuros para nós."

Dentre as dificuldades que se apresentam desde o início das discussões sobre a criação do Curso de Engenharia da Computação da Unicamp está a definição de responsabilidade na formação do futuro profissional da área. "Nosso currículo já está devidamente adequado para formar engenheiros da computação. Poderíamos inclusive dar este título aos nossos formandos, mas preferimos chegar a uma estrutura de curso que passasse pelas engenharias, sem prejuízo para ambas", esclarece o professor Machado.

A seccional do Crea no Rio de Janeiro, segundo Nelson Machado já elaborou uma proposta visando à estruturação de curso de Engenharia da Computação. "Nesta proposta — explica o professor —, o Crea-Rio propõe inclusive que engenharia da computação passe a ser considerada a sétima área de engenharia. Isto possibilitaria também ramificar ou dar especialidades aos profissionais que vierem a se formar em engenharia computacional. O nosso currículo atual, em se comparando com o proposto pelo Crea-Rio, pode ser considerado superior, nos colocando assim em condições privilegiadas para a implantação do curso".

O coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação define o perfil do profissional de engenharia da computação como sendo aquele que vai trabalhar nas indústrias produtoras de computadores. "Nosso curso já vem funcionando desde 1985 com uma modalidade única em cinco anos de duração, preparando o profissional para as áreas da computação científica e industrial. No momento, há muito otimismo quanto a podermos trabalhar em conjunto com a engenharia elétrica já a partir de 1989, visando à implementação definitiva do curso de engenharia computacional em 1990."

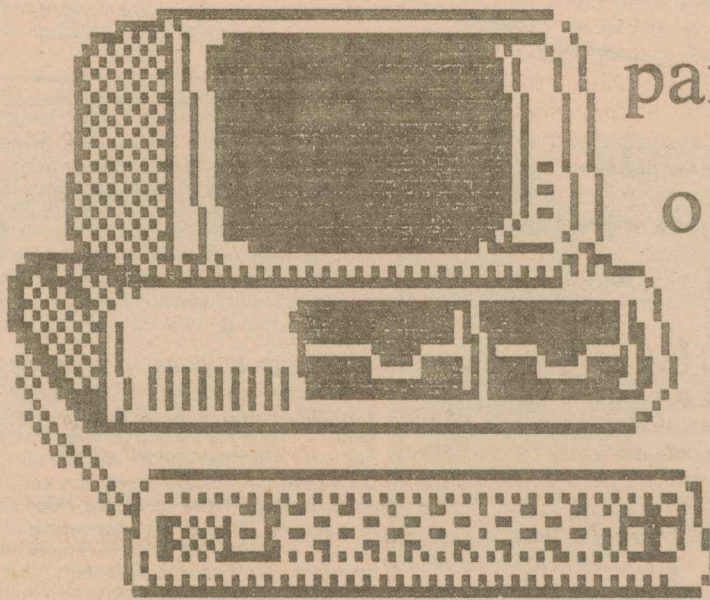
Engenharia da computação

Estruturar um curso novo não é tarefa das mais fáceis. Mais difícil ainda fica dar corpo a um curso integrado por áreas tão complexas quanto engenharia e computação. Como deve ser a estrutura curricular e funcional de um curso destes? E a estrutura funcional? Quem seriam os profissionais que poderiam viabilizá-lo pedagogicamente? A Unicamp possui professores aptos para isso ou haveria necessidade de reciclagem? Qual nome levaria o curso: Engenharia da Computação ou engenharia Computacional? Pura ou adjetiva, tipo Engenharia da Computação Metalúrgica?

Tudo isto ainda é dúvida. O certo é que a necessidade exige a implantação do curso e com uma erta urgência para não se perder o bonde do desenvolvimento. Engenharia Elétrica e Ciência da Computação já discutem, em comissão nomeada pelo reitor, como esclarecer todas estas dúvidas. A Engenharia Mecânica não sabe por que está de fora da comissão e acha que até a Engenharia Química deve ser ouvida.

Melindres a parte, o otimismo de alguns leva a crer que o curso estará em funcionamento a partir de 1990 na Unicamp e o que menos importa agora é o nome. Por enquanto, tanto faz, Engenharia da Computação ou Computacional. Com ou sem adjetivos.

O que se tem feito



para criar o curso

Mecânica quer discussão ampliada

"O curso é importante, precisa ser criado mas isto não pode e não deve ser feito sem que as áreas afins sejam ouvidas. Sua estrutura deve, necessariamente, passar por discussões em que estejam envolvidos os cursos de engenharia elétrica, mecânica e química mais o curso de ciência da computação." A posição é dos professores Eurípedes Nóbrega e Douglas Eduardo Zampieri, da Divisão de Mecânica Computadorizada do Curso de Engenharia Mecânica.

Internamente o curso de engenharia mecânica já vem discutindo há algum tempo uma proposta de criação de nova ênfase para o curso visando "iniciar a curto prazo a implantação de um novo curso de engenharia, de caráter interdisciplinar, que poderia ser denominado de Engenharia Computacional ou Informática Industrial reunindo as áreas de Mecânica, Elétrica e Eletrônica e Química".

O professor Eurípedes lembra que a computação, na mecânica, está ligada a aplicação e "por isso é necessário pensar em formar engenheiros com conhecimentos da ferramenta com a qual ele vai ter que trabalhar". A idéia é complementada pelo professor Douglas. "Neste sentido de aplicação a computação estará nos processos químicos, mecânicos e de serviços exigindo que o curso de engenharia computacional contemple estes

três segmentos mais as duas áreas de desenvolvimento."

Douglas Zampieri vai mais longe e fala em não perder o bonde. "É isto mesmo. Não podemos perder o bonde do desenvolvimento. Afinal, a engenharia, com outras áreas de atividade, tem experimentado uma verdadeira revolução nos últimos anos e a mola principal deste grande impulso é a informática. É evidente também que esta revolução tem que repercutir na área de educação. Isto só será possível, porém, se houver uma política séria de reciclagem de professores. As técnicas de ensino assistido por computador, hoje ainda incipientes, deverão desempenhar papel relevante nesta revolução".

Quanto à estrutura curricular, Eurípedes Nóbrega não tem dúvidas. "A meu ver o curso deveria estar estruturado de forma que permitisse conhecimentos básicos de engenharia e ciência da computação — matemática e eletrônica — e especialização em uma das áreas do sistema produtivo". Aqui também há a concordância de Douglas Zampieri, "Basicamente é isto mesmo. Um curso dividido em três momentos. Um básico com fundamentos de engenharia e computação; um profissional com eletrônica e computação; e um de especialização numa das áreas fins onde estaria incluída também a própria computação, a engenharia elétrica, química e mecânica.

Elétrica: a criação de "curso novo" é importante

A estrutura curricular do que ele chama de "um curso novo" já está no papel e poderá mesmo ser aplicada, em definitivo, a partir de 1990. A colocação "otimista" é do professor Márcio Luiz de Andrade Netto, do Departamento de Engenharia Computacional e Automação Industrial da Faculdade de Engenharia Elétrica e também integrante da comissão nomeada pelo reitor para estudar a implantação do curso de Engenharia Computacional ou da Computação na Unicamp.

Além dele fazem parte ainda da comissão os professores Mário Jino e Yaro Burian Jr., da Engenharia Elétrica; e Nelson Machado e Tomasz Kowaltowski, da Ciência da Computação. Eles foram nomeados pelo reitor Paulo Renato Costa Souza há aproximadamente dois meses e já realizaram algumas reuniões visando implementar a estrutura curricular e funcional do curso.

Para explicitar a necessidade precisamente de um curso para o qual ele também ainda não tem um nome definido, o professor Márcio Luiz tenta ser o mais didático e objetivo possível. "Vamos imaginar — diz ele — a computação ao centro e a seu redor as engenharias, de forma que cada uma delas, uma mais outra menos, busque subsídios no centro para o seu desenvolvimento. Este novo conjunto, formado pela interação em diversos graus de intensidade das engenharias com a computação, compõe exatamente e o que podemos chamar de engenharia da computação ou computacional."

É desta analogia simplista que o professor Márcio de Andrade vai buscar também argumentos para sustentar a sua tese de que a engenharia computacional só tem razão de existir quando adjetivada. "Eu, particularmente, não consigo enxergar a engenharia da computação a não ser seguida do adjetivo que a especificará. Por exemplo, se é a engenharia mecânica a que busca subsídios, logo teríamos "Engenharia da Computação Mecânica", e assim por diante, Engenharia da Computação Química, Metalúrgica etc."

Quanto à estrutura curricular sua concepção não é muito diferente da dos demais. "Acredito que o curso deva estar consolidado num rol de conhecimentos básicos de engenharia e computação e posteriormente conhecimentos específicos das áreas afins. Esta concepção tem permeado todas as iniciativas de estruturação dos cursos de engenharia da computação de que temos conhecimento. É assim no ITA, no IME e na PUC-Rio. Em função dos graus de automatização acredito que o curso deva mesmo sair do conjunto das duas áreas (elétrica e computação) e provavelmente das três (mais a mecânica)".

Falta política de segurança para a Unicamp, diz a Cipa

"Na Unicamp não há política de segurança e, em função disto, também não há consciência neste sentido. Desta forma as irregularidades são inúmeras, desde a não utilização de equipamentos de segurança, até o lançamento irresponsável de substâncias químicas e radiativas na rede doméstica de esgoto." A afirmação é do presidente da CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Manoel Guilherme da Silva Mello, e consta do documento encaminhado aos membros do CONSU. (Ver quadro.)

Os acidentes de trabalho com funcionários chegam a números considerados alarmantes. Em 85 foram registrados 430 acidentes, somente entre os funcionários —

professores e alunos envolvidos não são incluídos nas estatísticas. Já em 87 o número aumentou para 600 acidentes perfazendo uma média aproximada de 2,5 ocorrências por dia. "E não estamos considerando o que não se registra, evidentemente — explica o presidente. Só como exemplo temos na Unicamp 80% dos carpinteiros com problemas de audição e até agora nenhuma providência específica foi tomada, apesar dos alertas da CIPA."

Por outro lado o problema da contaminação por substâncias químicas e radiativas tem merecido atenção muito especial. Manoel Guilherme entende que o problema é de Saúde Pública configurando a

poluição ambiental, contaminação e riscos. "Já encaminhamos pedido à FEL para que fosse examinada a água da lagoa onde ainda é lançado o esgoto. A resposta foi que esta análise só poderia ser realizada por solicitação da reitoria. Até hoje não foi solicitada".

A preocupação com esta contaminação não se restringe a lagoa segundo o presidente da Comissão, ela se estende também à rede interna, onde os funcionários do Estec-Dgac descem esporadicamente para limpeza. "E o pior é que este trabalho é quase sempre feito pelos funcionários sem a menor preocupação com equipamentos de proteção. Não é difícil encontrar o pessoal na rede só de sandálias de bor-

racha. E este problema o emissor que está sendo construído não vai resolver."

Manoel Guilherme garante que o objetivo da luta pela melhoria da qualidade de vida na Cidade Universitária não pode e não deve ser mal-interpretada. "Ninguém gosta de falar dos defeitos, mas é preciso conhecê-los para poder corrigi-los. Não estou querendo denegrir a imagem da Unicamp, pelo contrário, estamos procurando fazer com que ela seja cada vez melhor."

Neste sentido o presidente da CIPA diz estar agora investindo organização e realização da IV SIPAT — Semana Interna de Prevenção de Acidentes. "Estamos querendo realizá-la no período de 24 a 28 de outubro."

Parasitologia: Moluscos pelo esgoto aos tanques de aguapés

Anatomia quer insalubridade

O ofício nº 88/86 encaminhado à direção do Instituto de Biologia pelo então coordenador do Departamento de Anatomia, professor Armando Mancio de Camargo está completando dois anos sem resposta. A reivindicação de pagamento de adicional de insalubridade aos docentes do Departamento ainda não foi atendida e sequer se sabe sobre algum estudo dela.

O atual coordenador, professor Humberto Santo Neto, diz que fora o caso da insalubridade, os problemas no seu Departamento não são muitos e nem tão graves. "Mas existem. Guardamos no laboratório substâncias químicas tóxicas cujas informações sobre seu perigo só obtemos pelo rótulo. Se temos uma capela para manuseio destas substâncias é por que a executamos com auxílio de alunos."

O professor Humberto acredita que seria necessário um processo de conscientização sobre qualidade de vida e até mesmo sobre segurança para que a cidade universitária se transformasse, por dentro, no que ela mostra ser por fora. "Está faltando consciência do problema e, em função disto, pouco ou quase nada se faz para evitar que eles se avolumem."

O Departamento de Parasitologia, do Instituto de Biologia, em agosto de 1985 constatou a presença de moluscos cultivados em seus laboratórios em tanques de aguapés localizados no campus. O fato confirmou, à época, a preocupação do professor Angelo Pires do Prado e colocada em memorando (nº 113/81) encaminhado à direção do Instituto sobre o "perigo de contaminação de nossos esgostos por moluscos (Biomphalaria sp)".

O professor Arício Xavier Linhares lembra que a presença dos moluscos nos tanques de aguapés fora detectada pelo Departamento de Fisiologia Vegetal. "Assim que fomos comunicados, desenvolvemos pesquisas na área conjuntamente com a Sucen — Superintendência de Controle de Endemias — e confirmamos a presença dos moluscos nos locais apontados pelo pessoal da Fisiologia Vegetal."

Arício Linhares era coordenador do Departamento de Parasitologia e comunicou, em memorando, à direção do Instituto. "O memo recebeu o número DP-IB/90/85 e, após explanar sobre os moluscos encontrados nos tanques de aguapés colocava que em virtude dos atuais achados o Departamento reitera, com ur-

gência, providências no sentido de tratamento especial do nosso esgoto e gostaríamos que esta perigosa situação epidemiológica fosse comunicada por escrito à Reitoria e ao Estec."

Em agosto de 1986 o ofício DP-IB/22/86, também encaminhado pelo professor Arício à direção do Instituto dava conta da situação das salas de manutenção de animais para experimentos e dos laboratórios. "O documento solicitava providências no sentido de dotar as salas e laboratórios com sistema adequado de exaustão e renovação de ar. Solicita ainda a implementação de algumas medidas a longo prazo visando sanar em definitivo os problemas apontados".

Hoje, já não mais exercendo a função de coordenador, o professor lamenta que nenhuma providência tenha sido tomada. "Tudo continua aqui como antes. Não possuímos capelas para o manuseio de substâncias químicas voláteis e sabidamente cancerígenas tipo xileno, benzeno etc. Também não possuímos local apropriado para armanezar estas substâncias. Em suma, nosso espaço físico não possui estrutura mínima para funcionar com a segurança devida".

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" 27 de junho de 1988 OF. CIRC. CIPA - Nº 071/88 Ao Magnífico Reitor e Exmos. Srs. Membros do Conselho Universitário Prezados Senhores:

A UNICAMP é hoje uma comunidade de mais de 25.000 pessoas. Somos 10.000 funcionários, 2.500 servidores docentes, 10.000 alunos, além de outros serventários, usuários e pessoal em trânsito (vendedores, pacientes e acompanhantes, empregados das cantinas e das empreiteiras, visitantes, crianças das creches, etc.)

Segundo levantamentos realizados por esta Comissão, ocorreram em 1986 cerca de 430 acidentes entre os funcionários. Em 87 este número saltou para 600 acidentes. Vale lembrar que estes acidentes são de médio e alto grau de gravidade, aqueles que necessitam de socorro médico e que foram registrados como acidentes de trabalho. Os números referem-se aos acidentes nos laboratórios e oficinas com produtos químicos, biológicos e máquinas. No HC e CAISM, campeões dos acidentes com objetos cortantes e perfurantes contaminados, quedas e deslocamento de coluna. Na DGA-6 e pessoal de Obras com acidentes mutilantes. Acidentes de trânsito, de percurso, atropelamentos, etc. Não estão incluídos nesta relação os pequenos acidentes, os quase-acidentes e acidentes sem vítimas. Também não estão incluídos acidentes com docentes e alunos.

Não bastasse o número elevado de acidentes com funcionários (cerca de 2,5 por dia de trabalho), o Campus, em diversas áreas, oferece riscos ambientais de grau elevado ou, no mínimo, preocupante.

É sabido que a Universidade não possui sistema de esgotos e que, há quase 22 anos, joga sistematicamente produtos radiativos, químicos e biológicos contaminantes nas galerias que desaguam na lagoa situada atrás do Centro de Convenções.

A SANASA está implantando um emissário de esgotos, a ser concluído em outubro próximo, o que teoricamente resolveria o problema. Alega, porém, não ter condições legais e técnicas para receber e tratar os efluentes do Campus em bruto, exigindo um tratamento prévio. Não existem técnicas conhecidas para tratamento de efluentes radiativos, a quantidade de produtos químicos é suposta enorme e não se sabe que tipo de microorganismos sobrevive em tal caldo, provenientes das doenças tratadas no HC, CAISM, CECOM, pesquisadas no IB, FCM, Genética Médica etc. Nenhuma unidade possui tratamento prévio, com execução do HC que, PORÉM, dispõe somente do tratamen-

Alerta da CIPA

to eletrolítico para 80% de seus efluentes, e que retém apenas o particulado sólido em suspensão na água, isto é, não faz a descontaminação biológica da água. As legislações Estadual e Municipal rezam que a SANASA deve tratar somente o esgoto doméstico.

Mais do que um simples problema técnico, de atribuição de responsabilidades entre a SANASA e a alta direção da Universidade, isto constitui-se num problema trabalhista, pois funcionários do ESTEC e DGA-6 têm por dever de ofício descer às tais galerias para reparos e desentupimentos. Além disso, a água contaminada biológica, radiativa, e quimicamente armazenada na lagoa, embora diluída e amenizada por decantação, flue para o ribeirão Anhumas, que atravessa o distrito de Barão Geraldo e deságua no rio Atibaia, afluente do Piracicaba. Assim, constitui-se um problema de Saúde Pública e configura-se o de Poluição Ambiental, Contaminação e Riscos. Gerados pela Universidade e Centro de Pesquisas que pretende ser a número um no País.

A mesma lagoa recebe ainda os efluentes contaminados do Centro Infantil Boldrini e do Centro Médico, entidades particulares localizadas fora do Campus.

Como um tratamento convencional prévio seria muito caro (alguns US\$ milhões), a CIPA vem tentando obter soluções alternativas de tratamento através da FEL — Faculdade de Engenharia de Limeira — (OF.CIPA/053/88). E, na impossibilidade de implantação de tais soluções, ao menos a caracterização técnica dos fatos, através de um laudo pericial de análise das águas, para posterior equacionamento.

Além desses, um outro problema grave, senão o mais grave, é a falta de PLANEJAMENTO dentro da Universidade.

Nota-se uma ocupação indiscriminada dos espaços no Campus. Os prédios, salvo raras exceções, não são projetados para as finalidades a que se destinam. As raras exceções apresentam erros de planejamento. Ex. o HC foi projetado para ter ventilação forçada (ar condicionado central) numa cidade que tem amplitude de ventilação natural. Como o sistema é caríssimo, não foi instalado e o HC tem hoje problemas de ventilação e temperatura. O incinerador do HC, além de subdimensionado, está instalado praticamente junto da UTI, sua chaminé é baixa, distribuindo generosamente o particulado sólido de combustão, aos frequentadores do hospital e demais áreas do Campus. A FEA possui uma caldeira instalada entre os prédios, junto de uma parede e com a chaminé na altura de uma janela. A caldeira do Restau-

Em que a qualidade de vida na cidade universitária

De repente a Universidade do Brasil no século XXI e uma feira de ciência e tecnologia em buracos no solo e lança no ar substâncias químicas e radioativas

bar/
PILÃO VERMELHO

Todos os dias
Almoço caseiro
Casquinha de siri
sextas: picanha na brasa
sábados: feijoada
Frituras e caldos típicos

R. Antonio Pierozzi, 230 - B. Geraldo

CARNES — MASSAS

Refrigerantes - Bebidas - Sorvetes - Gelo - Carvão

Carnes especiais para churrasco - Farofa - Picanha - Sal grosso - Gás de cozinha - Encomendas

Ticket Restaurant e outros - Chequinho Adunicamp - Planos de pagamento

Av. "2" Prof. Atílio Martini, 192 - Pabx 39.2589 - r: 3

estão dade da lade itária

lade que discute
monta com sucesso
logia, incinera dejetos
esgoto doméstico várias
Será um retrato do Brasil?

os conselheiros.

nte II é mais baixa que o prédio e no horário
o almoço o refeitório é invadido por uma fu-
ça irritante e mal cheirosa.

Dentro dos prédios existe também uma
ocupação indiscriminada do espaço disponível.
or exemplo, o prédio novo da DGRH rachou
om o excesso de peso do arquivo central, insta-
do no segundo pavimento.

A ocupação do espaço dentro dos labora-
rios também parece não ser racional. Estes,
n geral, encontram-se entulhados de mate-
iais, servindo, muitas vezes, de almoxarifado,
quando deveriam ser somente local de trabalho.
tividades perigosas são realizadas em locais
adequados e próximos a áreas densamente
ovoadas.

ncentes, alunos e funcionários não têm, em
ral, noções de segurança, não estão prepara-
s e nem sabem o que fazer em caso de emer-
ncia. Muitos sequer estão preparados técni-
mente para fazer os trabalhos que realizam.

O SST tem pessoal especializado em núme-
insuficiente para atender às necessidades do
mpus, apesar de suas inúmeras reivindica-
es.

A CIPA, por sua própria formação, não
põe, salvo raras exceções, de pessoal espe-
cializado.

Encontra-se, dessa forma, a Universidade
regue ao seu próprio despreparo, falta de
nejameto, falta de infraestrutura básica co-
esgotos, falta de consciência por parte de
s ocupantes e com um alto índice de aciden-
por dia e por ano.

Sugestões da CIPA ao CONSU

1) Repensar globalmente a ocupação e des-
ação dos prédios existentes, com análise pré-
por órgão competente, dos riscos.

2) Na construção de novos prédios, estes
n ser planejados de acordo com as finalida-
a que se destinam.

3) Devem ser construídos almoxarifados
a produtos químicos potencialmente perigo-
nas várias unidades, desafogando o precá-
espaço dos laboratórios de ensino e pes-
sa.

4) Dotar o SST de um maior número de
cionários especializados e dos recursos mate-
is necessários.

5) Apoiar o SST, para que este consiga
mar, o quanto antes, uma Brigada de Incên-
com funcionários voluntários, pelo menos
unidades de maior risco.

6) Através do SST, CECOM e CEDRHU
Centro de Desenvolvimento de Recursos Hu-
nos, treinar os servidores do Campus em
os de CIPA, Prevenção e Combate a Incên-

PIZZAS

endas e congelados especiais

mensal

Dejetos químicos e radioativos são triados e incinerados, diz o prefeito

Até o final do ano, o sistema de sanea-
mento da Unicamp deverá entrar em funcio-
namento. Em outubro de 1986, a Uni-
versidade assinou convênio com a Sanasa
para a construção de um emissário visando
a deslocar o esgoto doméstico da instituição
para o ribeirão Anhumas. No momento,
esse esgoto é jogado no lago do campus.
Entretanto, embora a situação atual não
seja a ideal, o grande volume de água con-
sumido — 70 milhões de litros — possibilita
uma diluição de tal monta nos dejetos que a
poluição do lago é mínima. Os dejetos quí-
micos e radioativos, por sua vez, segundo o
prefeito do campus, prof. Renato Atílio
Jorge, são triados, armazenados e incinera-
dos em locais apropriados, não se misturan-
do, portanto, com o esgoto doméstico
da Universidade.

Os recursos iniciais para a obra foram
do governo do Estado. Até o
restados 21 mil OTNs.
obra chegue



No "Unicamp Notícias" o prefeito
explicou sobre o que se faz
com os dejetos químicos e radioativos.

Estágio atual
Cerca de 5 mil metros de tubulação para
o lançamento do esgoto da Unicamp no
rio Anhumas já estão prontos. O emissário (tu-
bulação) cobre toda a malha de
unidades (unidades)

construção da Estação Elevatória localizada
ao lado do lago do campus e aos fundos do
prédio do Instituto de Estudo da Lingua-
gem (IEL). O projeto do sistema de sanea-
mento da Universidade e bairros adjacentes
prevê sua expansão até o ano 2.005, de
acordo com o engenheiro civil Dennis Ba-
rreto Azevedo, do Parque Ecológico e
acompanhamento das
obras a custo da

dios e outros específicos para unidades de
maior risco potencial.

7) Investir na IV — SIPAT — Semana
Interna de Prevenção de Acidentes no Traba-
lho, prevista para o período de 24 a 28 de
outubro de 1988, como forma de conscientiza-
ção dos servidores da necessidade e importân-
cia de prevenção de acidentes no trabalho. É a
forma mais barata e prática de conscientiza-
ção dos 12.500 servidores, se estes forem con-
venientemente estimulados a participarem
deste evento. Isto consiste basicamente em
dar apoio logístico e financeiro à CIPA na
realização da SIPAT. A CIPA dispõe de somen-
te Cz\$ 14.000,00 para gastos com almoxa-
rifado, material de limpeza, correios, xerox e
gráfica este ano.

8) Obrigatoriedade aos diversos laborató-
rios de ensino e pesquisa de neutralizarem os
diversos produtos químicos para formas inó-
cuas antes de serem lançados no esgoto com-
um. Dar condições materiais para isso, e
possibilitar a orientação técnica pelo SST.

Igual obrigatoriedade para a esterilização
química ou autoclavagem dos dejetos biológi-
cos e contaminantes líquidos.

Obrigatoriedade de armazenagem dos de-
jetos radioativos. Estes somente poderão ser
lançados no esgoto com aprovação do SST e
CEB, participação da CIPA e ouvida a SA-
NASA.

9) Incineração adequada dos dejetos sólidos
biológicos contaminantes e dos produtos
químicos que não podem ser quimicamente
neutralizados, através de separação prévia
criteriosa conforme é feito no HC e no IQ.

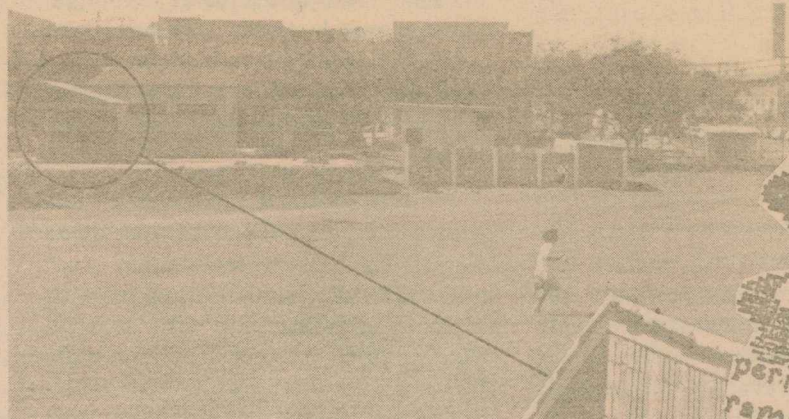
10) Apoio à proposta do SST, sobre destina-
ção de uma área adequada para triagem e
armazenamento de resíduos químicos, radiati-
vos e biológicos contaminados que não pos-
sam ser incinerados ou neutralizados quimi-
camente.

Os itens 8, 9 e 10 devem ser feitos sob
supervisão de pessoal especializado do SST,
CECOM, CEB, participação da CIPA e de
servidores das unidades envolvidas.

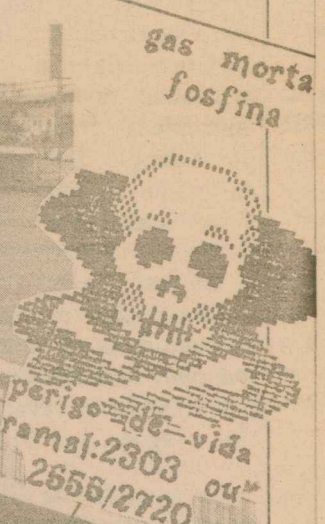
11) Análise da proposta, já efetuada pelo
SST, de implantação de uma "Política de
Segurança" para a UNICAMP.

Contando com a imprescindível compre-
ensão deste Conselho, na implantação efe-
tiva de soluções para os problemas expostos,
subscrevo-me, mui atentamente.

Manoel Guilherme da Silva Mello
Presidente da CIPA



Ao alto o lixão da Unicamp onde
dejetos são incinerados;
Acima um garoto brinca próximo
ao fumigador da Biologia
(cercado por barbante e com cartaz de perigo
de vida xerocado) para fastar curiosos.



AUDIO VISUAL - slides - video
FOTOGRAFIAS CIENTÍFICAS E INDUSTRIAIS
FOTOGRAFIAS AÉREAS
reproduções
REVELAÇÃO
AMPLIAÇÃO



Av. Albino J. B. de Oliveira nº 1156
Fone: 393281 - Barão Geraldo - Campinas

É óbvia, para toda a população, a ineficiência dos serviços de Saúde no país. Independente do nível sócio-econômico ou da atividade profissional, a verdade é que cada um se vira como pode. Isto se deve ao fato de até hoje não termos uma Política de Saúde digna deste nome, que orientasse o desenvolvimento do setor tomando por base as necessidades de saúde e os recursos para supri-las.

Até os anos 60, a ação do Estado sempre se deu no sentido de combater epidemias e endemias que interferissem no processo produtivo ou na relação de trocas comerciais com outros países. Esta atividade que, simplesmente, podemos classificar de higienista, mantinha praticamente inalterada a estrutura de Saúde montada no início do século para controlar doenças do tipo febre amarela, malária, tuberculose, hanseníase e varíola, deixando um grande vazio no que se referia à assistência à saúde de modo geral.

Assim é que, a partir da década de 20, várias categorias profissionais que contavam com melhor estrutura organizacional (sindicatos, associações etc.) passaram a montar seus próprios institutos de previdência, seguidos imediatamente pelos serviços de saúde ligados a esses institutos. Têm origem aí a Caixa dos Ferroviários, depois os IAPs (IAPI, IAPTEC, IAPC, IAMSPE, IPESP etc), que posteriormente seriam unificados (1966) na formação do INPS (INAMPS em 77).

Ficaram fora da unificação os institutos de assistência médica e previdenciária dos funcionários públicos estaduais, (entre eles IAMSPE e IPESP) por serem de uma categoria de muita influência política na época e altamente corporativista.

Para quem não tinha acesso a médicos e serviços particulares, e que não pertencesse a uma das categorias organizadas, restavam as entidades filantrópicas, como as Santas Casas, por exemplo, que nunca chegaram a dar conta da mínima parcela desses desassistidos, em que pese o esforço de muitas das entidades na época. Vale lembrar que até 1960, apenas 45% da população era urbana, sendo que na zona rural não havia praticamente qualquer assistência à saúde, fora a pulverização de casas e margens de rios e lagoas com BHC!

Com o golpe de 1964, surge a política de desenvolvimento a qualquer custo, com base na modernização dos setores produtivo e financeiro. O processo de industrialização acelerado pegava os serviços de saúde no contra-pé, e a falta de assistência médica ao trabalhador passava a ser um nó que devia ser rapidamente desatado. Não há indústria que funcione com os trabalhadores doentes "encostados" em casa. Alguém tinha que recolocá-los "em pé" frente às máquinas.

Surge então uma ação concreta do Estado: unificar as caixas e institutos, criar uma fonte de financiamento cen-

O IAMSPE E O SUDS

tralizando esses recursos e ... Bem, aonde aplicar esse dinheirão? Duas opções: 1) Criar uma rede própria de ambulatórios e hospitais ou 2) Comprar esses serviços de terceiros, subsidiando a construção de hospitais particulares e conveniando serviços já existentes. Como em muitas outras áreas, aqui também a política "revolucionária" foi a de privilegiar a iniciativa privada com o dinheiro público.

A expansão dos serviços de saúde (quase que exclusivamente de ambulatórios e hospitais) se dá portanto de duas formas: unificando os institutos já existentes e contratando serviços particulares. Obviamente o acesso a esses serviços deixa de ser exclusividade de uma única categoria e passa a ser um direito de todos os trabalhadores previdenciários do INPS. Isto, de uma certa forma, nivela "por baixo" os serviços, pois havia muito mais trabalhadores sem qualquer assistência médica do que aqueles já integrados a algum instituto. Por outro lado tem o grande mérito de estender a assistência (ou o direito a ela) àqueles milhões de trabalhadores e seus familiares.

Não foi só isso. Como nova área de acumulação capitalista, a expansão da assistência médica deu origem a um novo mercado para os equipamentos médicos sofisticados e com importação facilitada, a expansão da indústria farmacêutica multinacional foi incentivada, e o resultado é que temos: um grande sistema privado de saúde, financiado pelo Estado ineficaz para o que se espera de um sistema de saúde, desarticulado e, de uns tempos para cá, pouco rentável inclusive. Ou seja, falido no que a população esperava dele (assistência) e falido na principal razão de sua forma estrutural (geração de lucro).

Já desde sua criação, mas principalmente à partir de meados dos anos 70, os setores progressistas ligados à área da saúde vêm apontando essas distorções e a necessidade de se definir uma Política Nacional de Saúde, que passaria por articulação dos seto-

res envolvidos (público, privado, filantrópico) em torno de diretrizes e metas estabelecidas de forma unificada. O sistema assim criado seria o que se costumou chamar de Sistema Unificado de Saúde. A emergência desse discurso coincide com a instalação de uma grande crise financeira e de legitimidade do modelo assistencial, passando a ser uma opção a este modelo dentro do próprio aparelho de Estado:

A evolução desse processo culminou com a instalação recente do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). O SUDS basicamente pretende centralizar a elaboração de uma Política Nacional de Saúde (estabelecendo as diretrizes gerais e as prioridades de desenvolvimento do sistema) ao mesmo tempo em que descentraliza os recursos, que passam a ser gerenciados e executados nos níveis estadual e municipal.

A Reorganização da assistência médica prevista no SUDS passa pelos seguintes pontos: ampliação da rede básica (Centro de Saúde) como forma de estender a cobertura; hierarquização dos serviços segundo sua complexidade, servindo os Centros de Saúde como "porta de entrada" para o sistema, evitando assim a demanda desnecessária dos serviços mais sofisticados; criação de mecanismos eficazes de informação entre diversos níveis, para que atuem de forma integrada.

O IAMSPE

O Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE) origina-se, como foi dito, do mesmo processo dos outros institutos, na época em que o funcionalismo público era uma categoria bastante organizada e com poder de barganha perante o Estado. Por esse motivo, consegue ficar fora da integração promovida quando da criação do INPS, pois os serviços que oferecia eram de qualidade bastante razoável, sendo que os funcionários não aceitariam compartilhá-los com os outros trabalhadores, pela clara tendência ao "nivelamento por baixo" implícita na integração.

Com o modelo de desenvolvimento adotado após o golpe de 64, o funcionalismo vai perdendo sua força, tem

seu salário arrojado e obviamente não consegue mais financiar seu serviço médico. A estrutura de assistência torna-se claramente insuficiente, bastando dizer que o único hospital do IAMSPE é o de São Paulo, inaugurado na década de 60.

O déficit assistencial é mais grave ainda para o funcionário do interior, que fica à mercê de convênios com Santas Casas, hospitais e médicos particulares, sujeitos a rompimentos e descumprimentos freqüentíssimos. Passa a ficar nítido que, se o INAMPS e o IAMSPE são igualmente ruins na **qualidade** do atendimento, pelo menos o previdenciário do INAMPS tem muito mais **oportunidade** de atendimento. Vale dizer que, já há dois anos, a clientela no INAMPS foi universalizada, ou seja, mesmo os não previdenciários podem ser atendidos por sua rede. No entanto esta universalização excluía outros previdenciários de outros institutos, como nós funcionários, o que só pôde ser corrigido agora, com o conveniamento do IAMSPE junto ao SUDS.

Esta saída vai contra a intenção, talvez, de uma maioria do funcionalismo público estadual, que via na expansão do seu próprio serviço médico a solução para os problemas assistenciais. Tal alternativa baseia-se ainda numa concepção corporativista da categoria, que não aceita ter sido jogada na vala comum dos trabalhadores do país.

COMO FICAMOS

Em termos gerais, o funcionário público estadual passa a ter acesso à rede do INAMPS. Continua também (não se sabe até quando) a ter exclusividade no atendimento dos CEAMAS (ambulatórios do IAMSPE) e no Hospital do Servidor Público (em reformas). Além disso, por pouco tempo, os convênios com hospitais e médicos particulares serão mantidos.

A médio prazo, é claro que a integração será completada, com os CEAMAS e o Hospital dos Servidores atendendo a clientela do INAMPS inclusive. Esta definição esbarra hoje na reação que geraria no seio do funcionalismo.

Por outro lado, temos desde já o direito de sentarmos junto às outras entidades que compõem o SUDS para definir a política de assistência à saúde à nível Estadual e principalmente Municipal. Precisamos fortalecer então a posição dos usuários (nós e a população em geral) na definição de uma política de saúde que contemple as nossas necessidades.

P.S.: Maiores informações sobre a integração do IAMSPE ao SUDS:
ADUNICAMP: ROBERTO TEIXEIRA
FRANCISCO PESSINE
FRANCISCO AOKI
CEAMA: Rua Padre José Teixeira 91
Fone: (0192) 318466 — C/ Drª Cecília.

Aposentadoria de docentes

A professora Sílvia Maria Manfredi, da FE, enviou à Diretoria da ADUNICAMP uma carta cujo texto é abaixo reproduzido:
 " — Proposta — Encaminhamento de um plebiscito a ser realizado junto aos professores pelos respectivos representantes (em cada unidade) no que se refere à questão da aposentadoria que será decidida no 2º turno pela Constituinte. Dependendo do resultado, que a ADUNICAMP organize formas e mecanismos de pressão junto aos Constituintes.

— Razões — (1) — Acho que esta questão não foi muito discutida e divulgada pela Associação dentro da Universidade (o próprio plebiscito seria uma forma de mobilizar a opinião dos professores);

(2) — Não se têm informações concretas que o direito à aposentadoria está garantido na legislação do funcionalismo estadual. E mesmo que esteja, ninguém garante que o Quêrcia não a casse logo em seguida se não passar na Constituição Federal;

(3) — Acho que se existem dúvidas quanto a validade da medida para os professores da escola pública esta medida é massacrante para aqueles que trabalham nas escolas particulares e acho que a ADUNICAMP não deveria negar apoio às entidades que representam os professores de escolas privadas;

(4) — Acho que o mecanismo de consulta às bases é um dos mecanismos mais democráticos de que dispomos, considerando o clima de desânimo e desmobilização que está imperando na Universidade;

(5) — Por fim, considero que a ADUNICAMP deve dar respaldo às decisões da categoria independentemente das posições particulares dos membros de sua direção."

Profa. Sílvia Maria Manfredi

A ADUNICAMP Responde:

O assunto tratado pela colega foi apreciado em segundo turno pela Assembléia Constituinte em 23/08. Foi aprovada a aposentadoria com proventos integrais para os professores das escolas públicas, em todos os níveis, aos 30 anos de serviço para os homens e aos 25 anos para as mulheres. No entanto, em resposta à sua carta, a Diretoria da ADUNICAMP achou por bem, naquela oportunidade, encaminhar à colega os esclarecimentos que agora divulga também ao conjunto dos docentes da UNICAMP.

Com relação à proposta de Plebiscito, ou consulta às bases, apresentada na carta, a Diretoria considera dispensável neste momento. A conquista da aposentadoria especial aos 25 e 30 anos para a mulher e homem, respectivamente, que exercem a função de magistério é antiga, e foi concedida através de dispositivo constitucional. Naquele momento não se procedeu a qualquer plebiscito para auferir a procedência e justiça da reivindicação. Hoje, trata-se, portanto, de pressionar os Constituintes nos Estados e em Brasília, para fazer aprovar no 2º turno a emenda supressiva que retira a expressão "1º e 2º Graus", estendendo, assim, o benefício a todos os docentes.

Todos nós conhecemos as dificuldades para aprovação dessa emenda, por dois motivos. Em primeiro lugar, pelo fato de que os Constituintes desconhecem a realidade das condições de trabalho dos professores da rede particular de ensino superior. Em segundo lugar, por tratar-se realmente de um privilégio frente a outras profissões e setores de trabalhadores que não conseguiram constituir-se como força necessária para reivindicar e conquistar aposentadoria especial.

Vale a pena dizer que esta questão não é tranquilamente aceita pelos docentes das Universidades Públicas, nem mesmo na UNICAMP. Um plebiscito, sem uma ampla discussão e sem contextualizar a reivindicação, talvez nos revelasse uma outra compreensão, fortalecendo os setores contrários à concessão da aposentadoria especial. A Diretoria da ADUNICAMP considera que este é um direito já conquistado com muita luta e, frente a essa Constituinte que tantos direitos quer anular, nossa única tarefa é manter as conquistas obtidas. Por esse motivo, nos parece completamente desnecessário e inoportuno o plebiscito. Nosso trabalho primordial é elevar o nível de compreensão e consciência dos docentes, politizando essa questão de maneira a ultrapassar o mero corporativismo e defesa de privilégios para uma categoria.

A razão que nos moveu a assinar, em conjunto com a ANDES e outras 41 ADs de todo o país, um documento encaminhado a todos os Constituintes em junho deste ano, não foi a mera defesa de um privilégio, mas a convicção de que a luta por uma Universidade Pública e Gratuita autônoma e democrática exige igualdade no tratamento dos docentes das redes pública e privada.

Outras formas de pressão também foram utilizadas, como telegramas e contatos diretos com parlamentares em Brasília. Os desdobramentos dessa questão estão sendo cuidadosamente acompanhados pela Diretoria da ADSUNCIAMP, visando a defesa intransigente dessa e de todas as conquistas sociais obtidas no 1º turno da Constituinte. Temos estado em Plenárias Nacionais, em manifestações públicas, nas ruas, em contato direto com a ANDES e parlamentares progressistas em Brasília, acompanhando as discussões. Acreditamos que a defesa dessa conquista está aliada à defesa de conquistas como direito à sindicalização, direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical, 44 horas, livre organização partidária, reforma agrária, entre outras.

Como pode ser constatado, a ADUNICAMP, ao contrário do que supõe a colega, não tem negado apoio às entidades que representam os professores da rede privada. Na verdade, tem ampliado esse apoio não só a esta questão, como a todas as outras de interesse dos docentes e de todo o povo brasileiro.

Para nós, o plebiscito não é, em si, o mecanismo mais democrático de que dispomos, principalmente se considerarmos esse clima de desânimo e desmobilização ao qual você se refere. Sem uma ampla discussão e a presença massiva às urnas, a história tem mostrado em vários momentos e países, que o resultado pode ser catastrófico. O momento exige respostas firmes e ágeis na defesa de nossos direitos, tais como as implementadas pela ADUNICAMP.

Finalmente, gostaríamos de dizer que o último item não reflete a realidade dos fatos. A Diretoria da ADUNICAMP tem certeza de que suas decisões e suas ações têm se pautado sempre na vontade expressa do conjunto dos docentes e não pelas posições individuais de seus membros, que são as mais amplas e divergentes possíveis. É nosso princípio a defesa rápida, firme e intransigente dos direitos dos professores, dos trabalhadores e do conjunto do povo brasileiro.

Conclamamos você e a todos os colegas docentes a juntarem-se a nós nesta luta, participando unida das atividades, debates e Assembléias da ADUNICAMP. Esta é a única força de que dispomos para enfrentar o Governo do Estado, o Governo Sarney e derrotarmos as forças retrógradas e conservadoras de nosso país.

Atenciosamente
A Diretoria

IPC 515% - URP 282%

Por que reivindicar um reajuste mensal

O reajuste mensal de acordo com o índice de custo de vida do DIEESE é uma bandeira de luta tirada no Congresso do Funcionalismo, realizado em julho de 1987, mas que até a presente data não foi possível ser atingida devido à intransigência do Governo, que sistematicamente tem se recusado a negociar este ponto, alegando sempre a falta de recursos provocados pela "queda" na arrecadação do ICM.

Os representantes do funcionalismo (grupo dos 19) tem argumentado e demonstrado ao Governo, durante as reuniões de negociação salarial que existem recursos, mas o Secretário Goldman (negociador oficial do Governo Quêrcia) diz o contrário mas não apresenta um relatório completo da massa salarial do Estado de São Paulo, sobre o qual poderemos

confrontar todos os dados. Apresentaremos alguns elementos que tornam a nossa argumentação mais convincente:
 1 — Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo a arrecadação do ICM no Estado, neste primeiro semestre teve um aumento real de 2,9% se comparado a igual período do ano passado.
 2 — A massa salarial do Estado neste período au-

mentou no máximo em 150%, contra uma inflação oficial no primeiro semestre de 88 de 167,7%, o que representa uma queda real de 7,1% na folha de pagamento do Estado de São Paulo.
 3 — Como podemos observar na tabela abaixo, o Governo, trimestre a trimestre, compromete menos o ICM com os salários do funcionários públicos (ver última coluna da tabela).

TRIMESTRE	inflação do trimestre	reajuste reivindicado	reajuste recebido	arrecadação do ICM (em bil.)	massa sal. do Est. SP (em bil.)	comprometimento do ICM c/ F.P.
Jan/fev/mar	59,43	60%	45%	111,70	84**	75%
Abr/mai/jun	67,93	67,9%	60%	185,9	135**	72%
Jul/ago/set	82,0*	112%*	?	306,0*	219**	70%

(* Valores estimados (previsão)

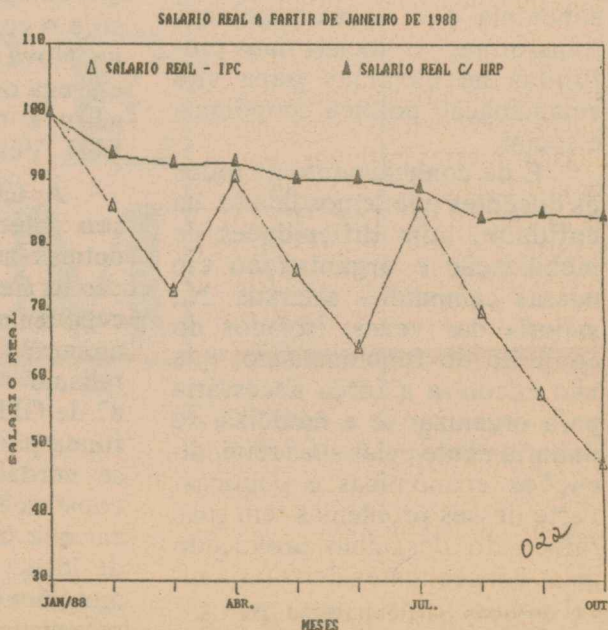
(**) Valores estimados (sonegação de dados por parte do Governo)

4 — Observamos também que a política salarial do Governo é a de arrocho dos salários, para cada vez mais lhe sobrar dinheiro para aplicar em projetos que "financie" (divulgue) a sua campanha à Presidente da República.

Através de uma aritmética elementar, entendemos a tática do Governo Quêrcia. Uma diminuição na massa salarial da ordem de 2%, que representa atualmente um montante de 1,46 bilhões de cruzados mensais, é suficiente para financiar a construção de um memorial à América Latina por mês.

O gráfico apresenta o salário real dos docentes de janeiro a setembro de 1988, com duas simulações uma com a política salarial existente atualmente e outra supondo a aplicação da URP a partir de fevereiro de 1988.

Comparando as curvas de salários reais, do gráfico, notamos que as duas propostas são de arrocho salarial, mas a que o governo vem aplicando é mais cruel, pois o salário médio real nesse período é de 78 enquanto que se tivéssemos a URP aplicada ao nossos salários, teríamos uma média de 90,6.



COMPARAÇÃO ENTRE AS DUAS POLÍTICAS SALARIAIS

POLÍTICA SALARIAL	SALÁRIO MÉDIO REAL	Nº DE SALÁRIOS REAIS PERDIDOS NO PERÍODO	REAJ. NEC. EM 01/10 P/REPOR JAN/88
DO GOV. QUÉRCIA	78,0	2	112%
C/ URP	90,6	0,85	19%

Temos clareza que a URP não é a melhor forma de reajuste mensal, mas no momento é a que mais mobiliza o funcionalismo e sensibiliza a opinião pública,

e também temos certeza que o governo Quêrcia conhece muito bem todos esses gráficos e estudos e é por esta razão que mantém

a todo custo essa política salarial.

Por fim temos consciência de que para quebrarmos a irreversibilidade desse governo e reverter-

mos toda essa situação, somente com um movimento forte, organizado e longo.

Por isso, vamos à luta companheiros!!!

ROUPA SUJA NÃO SE LAVA EM CASA LAVA-SE NA LAVANDERIA S'QUIRINO

Também em Barão Geraldo com entrega e coleta domiciliar grátis

Planos de pagamento mensal e ótimos preços

Av. Prof. Atilio Martini, 192 - Próximo a Unicamp PABX - 39.2589 - r:2

Tribuna livre

CORRENTE SINDICAL CLASSISTA: A ESPERANÇA DE UNIFICAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

Discutir sobre os rumos do movimento sindical no interior da UNICAMP não é tarefa fácil. Ausente por muito tempo dos debates que são desenvolvidos na Universidade, esse tema não atrai a atenção da grande parte dos docentes. No entanto, discutir o movimento sindical hoje no Brasil significa aprofundar nossa compreensão sobre o futuro do nosso país, sua independência e soberania e o nosso papel nas transformações sociais mais profundas necessárias para sua emancipação política econômica e social.

É de conhecimento de todos os docentes que temos lidado, na entidade, com dificuldades de mobilização e organização em nossas campanhas salariais. Na maioria das vezes, isolados do conjunto do funcionalismo, que não encontra a força necessária para organizar-se e mobilizar-se unitariamente pelas suas reivindicações econômicas e políticas. Parte desses problemas tem suas raízes do desânimo provocado pelas conseqüentes derrotas a nível político e pela descrença generalizada nas saídas para a crise que atravessamos. Para enfrentar de maneira firme essa situação, há necessidade de um movimento sindical forte, unitário e combativo que, aliado aos movimentos populares, aos partidos e aos setores progressistas e democráticos, avance no sentido da organização dos trabalhadores, tendo

em vista a conquista de sua emancipação.

O movimento sindical hoje está, no entanto, muito aquém das necessidades e desafios que o momento de grave crise econômica, política e institucional exige. As centrais sindicais existentes — CUT, CGT e USI — não têm respondido aos desafios colocados de luta contra o arrocho, o desemprego, contra o retrocesso e o conservadorismo reinante na Nova Constituição, contra a entrega do país ao capital estrangeiro e contra a submissão ao FMI. Vejamos por que.

A CUT, dividida, leva em seu interior verdadeira batalha entre várias correntes, pela direção da Central, refletindo as concepções paratidarizadas no movimento sindical. A defesa do pluralismo sindical, da Convenção 87 da OIT e sua crescente e profunda partidarização constituem-se verdadeiros entraves para a construção de uma Central Sindical que contemple a pluralidade de idéias que hoje caracteriza o movimento real dos trabalhadores, uma central pluralista, ampla e independente.

A CGT, a partir da greve geral de Agosto de 87 e através de Magri e Medeiros desenvolve nefasta ação de representante dos setores mais conservadores, do patronato, da burguesia e do imperialismo norte-americano. Têm defendido, na Constituinte,

posições contrárias às reivindicações e aos direitos sociais dos trabalhadores. Articulam-se com o grande capital monopolista, financiados pelas centrais vinculadas ao imperialismo norte-americano.

A USI, entidade patronal ligada à Confederação do Comércio, não tem maior significação no quadro do movimento sindical. Surge, nesse quadro, a Corrente Sindical Classista, formalizada na Plenária Nacional realizada na UNICAMP em 09 de Abril. Nessa Plenária, vários sindicatos representativos dos setores mais combativos do movimento sindical, que se aglutinavam em torno da CGT, romperam com a Direção Nacional da Central, criando um novo espaço de luta para a construção de um movimento sindical independente, classista, unitário e de luta. Sem constituir-se uma nova Central, a Corrente Sindical Classista é uma corrente de idéias que defende intransigentemente o sindicalismo de luta e unitário, aberto a todas as forças progressistas do sindicalismo nacional, na construção de uma Central Única sem os exclusivismos, partidarismo e conciliação de classe e que unifique os trabalhadores em torno de suas aspirações e na luta pela sua emancipação.

Somente um movimento sindical forte, unitário, classista e de luta pode cumprir a importante

tarefa de demonstrar, da forma mais vigorosa possível, o protesto contra a grave situação que vivemos, contra o Governo entreguista e reacionário de Sarney, contra o arrocho e pela independência e soberania nacional.

A ADUNICAMP, que historicamente tem apoiado todas as iniciativas que visam ao avanço da organização dos docentes e da luta dos trabalhadores, está acompanhando com carinho esta nova situação no movimento sindical. Acredito que hoje, a aspiração maior do conjunto dos docentes, assim como de todos os trabalhadores deste país, é a unidade, a existência da pluralidade de idéias, a defesa intransigente de nossos direitos acima dos interesses partidários, a defesa de um sindicalismo que lute efetivamente para unificar as lutas, jamais para dividir.

A Corrente Sindical Classista é hoje a esperança de concretização dessas idéias.

Tenho a certeza de que, coerentes com o programa pelo qual esta Diretoria foi eleita, o movimento docente da UNICAMP compreenderá que a nossa unidade em conjunto com a luta de todos os trabalhadores é a condição para a conquista de um Brasil verdadeiramente democrático e soberano, no caminho do socialismo.

Helena Costa L. de Freitas-FE.

CRIAR O SINDICATO

Já estão votados em 2º turno, no Congresso Constituinte, todos os dispositivos referentes à Organização Social, em geral, e a Sindical, em particular. Três itens chamam a atenção, pois implicam em uma reformulação de nossa organização coletiva, num prazo curto. São eles:

I) Os sindicatos participam, necessariamente, de todas as negociações salariais de sua categoria;

II) Os funcionários públicos têm a liberdade de criarem seus sindicatos;

III) É livre o direito de greve, com exceção dos "setores essenciais", que terão regulamentação em lei ordinária.

Nesta situação, é colocada para os professores universitários a tarefa de discutir e criar seu(s) sindicato(s) no tempo mais curto possível. Este artigo pretende apenas descrever as formas possíveis de estrutura deste(s) sindicato(s), para aprofundá-las num próximo passo.

As variáveis de definição do problema são quatro:

A-) Organização a nível esta-

dual ou federal;

B-) Conter apenas os professores ou juntar com os funcionários;

C-) Conter apenas o setor público ou juntar com o setor particular;

D-) Conter apenas o 3º grau ou juntar com 1º e 2º graus.

É evidente que o(s) sindicato(s) não serão criados do nada. Já existe na prática uma série de entidades que têm cumprido o papel sindical. Entretanto, é necessário que seja formalizada a criação deste instrumento de de-

fesa de nossos interesses. E a forma de construção é polêmica desde já, pois existem correntes defendendo praticamente todas as alternativas apresentadas. Só a participação da grande maioria dos docentes poderá fazer qualquer delas majoritária.

Uma coisa é certa: não serão mais as Reitorias que negociarão nossos salários. A responsabilidade será nossa.

José Benedito Schneider
Professor do Departamento
de Matemática Aplicada —
IMECC

11/5/87
15/11/89

11/5/87
23/9/89